

# No agir comum, o sentido de um desafio

Christian Marazzi

Tradução: Valério Mortara

A última produção vulcânica político-filosófica de Antonio Negri escrita a quatro mãos com Giuseppe Cocco, constitui-se em um livro particularmente interessante porque constrói uma interpretação que tenta superar importantes categorias de análise (políticas) desenvolvidas nestes últimos anos no contexto latino-americano. Com efeito, a reeleição de Lula a presidente do Brasil só faz atualizar de novo a questão do que significa para a esquerda estar no governo num período de crise da soberania do Estado. Uma crise que, no mês transcorrido entre o primeiro e o segundo turno das eleições brasileiras, demarcou os contornos do que estava em jogo, ou seja, a definição do *comum* diante dos impulsos privatizantes da frente global neoliberal.

A respeito do *comum*, da crise da soberania do Estado, da emergência de uma nova e inédita composição dos sujeitos antagonistas (a multidão), da centralidade dos espaços da metrópole, Negri se exprime amplamente em dois outros trabalhos realizados nos últimos meses: *Goodbye Mr. Socialism*, editado por Raf Valvola Scelsi (Ed. Feltrinelli) e *Fabrique de porcelaine. Pour une nouvelle grammaire du politique* (Ed. Stock, Paris). Em *GlobAL*, o continente latino-americano emerge como um verdadeiro e autêntico laboratório para o pensamento de Negri: com a entrada da esquerda na máquina do governo, “a experimentação, a aventura e o risco nos são restituídos no âmbito do fazer – não simplesmente daquela coisa danada que é o esperar, que demasiadas vezes se torna frustração, consternação ou utopia impotente”. Operação, esta, de forma alguma subestimada, não tanto pelo risco de homologação dos “novos governos” não só dentro dos processos de corrupção que o próprio mecanismo da representação determina e pressupõe, mas também pelas dificuldades reais que os governos de esquerda encontram para desenvolverem, em nível de Estado, as experiências de movimentos e de radicalização democrática dos quais eles se originaram. Negri e Cocco, em sua análise da “grande transformação” do continente, argumentam que as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento precisam ser estudadas a partir do circuito do capital, isto é, a partir da produção da mais-valia, e não – como na maior parte dos estudos marxistas – a partir dos esquemas de reprodução, isto é, das modalidades de distribuição da riqueza e das tentativas repetidas de libertar-se das relações de dependência

. NEGRI,  
. Antonio e  
. COCCO,  
. Giuseppe.  
. *GlobAL*.  
. *Biopoder e luta*  
. *em uma*  
. *América Latina*  
. *globalizada*.  
. Rio de Janeiro:  
. Ed. Record,  
. 2005.

perseguido a via do desenvolvimento nacional. Os autores em certo sentido recuperam a síntese luxemburguiana ao enfatizar produção de riqueza e luta de massas. Negri e Cocco ressitua esta síntese e fazem uma crítica dura ao desenvolvimentismo nacional-popular elaborado durante os anos de 1940 pela Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (Cepal): “O período sobre o qual refletimos é aquele que vai da ilusão cepaliana de um desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos ao desvanecer-se desta perspectiva. Nos anos de 1990, a abertura aos mercados globais constituirá somente uma outra modalidade de produção e gestão daquelas ‘obrigações externas’ que desde sempre representam o quebra-cabeça do desenvolvimento na América Latina”. Argumentam também que, dos anos de 1980 em diante, a administração livre-cambista nos países latino-americanos redefine a dependência em relação aos países do norte: a dependência se transforma em interdependência, não só entre o centro e a periferia, mas também entre os próprios países da *periferia*. O desenvolvimentismo, e a política protecionista que o sustentava (a industrialização como “substituição das importações”), de fato tinha reduzido o peso dos países do Terceiro Mundo no comércio internacional: entre 1955 e 1972, suas exportações passam de 28% para 14%, enquanto no mesmo período sua fração da população mundial só fez crescer. Progressivamente, o consenso a favor do desenvolvimentismo protecionista se despedaça e, de formas diversas, a partir dos anos 1980 e 1990 os países pobres reencontram o caminho do comércio internacional: com efeito, 2001 é o primeiro ano em que o aumento do comércio foi mais importante ao longo do eixo Norte/Sul do que ao longo daquele Norte/Norte. E a interdependência reflete uma nova divisão do trabalho, uma nova relação entre trabalho e vida, entre crescimento e desenvolvimento, que desorientam a clássica aliança entre Estado e capital (multinacional). Justamente por isto, a interdependência fundamental é, além daquela com os países do Norte, aquela que caracteriza a América Latina no seu interior. Neste plano, a superação das ambigüidades nacionais é estrategicamente crucial. É como dizer que o governo da interdependência é a única perspectiva para escapar das armadilhas de um retorno ao nacional-desenvolvimentismo. Às críticas recorrentes, da esquerda bem como da direita, aos governos Lula, Kirchner ou Morales, Negri e Cocco respondem deslocando o eixo do raciocínio: “neste plano, assistimos pois a uma crítica que mistura, de um lado, as efetivas morosidades e contradições que os ‘novos governos’ enfrentam na formulação e na atuação de programas adequados à urgência social e, do outro, a retórica neoliberal da *accountability* (responsabilidade)” em relação aos investidores internacionais. No campo financeiro e naquele das políticas econômicas, as críticas mais duras foram aquelas lançadas pela *esquerda*, “como se as taxas de juros e o valor da moeda fossem variáveis independentes, como se a moeda não fosse a

expressão das relações de força (e de violência) que dilaceram o tecido social, como se os sucessivos confiscos das poupanças – praticados em várias ocasiões nos últimos decênios – não fossem uma herança maldita, de custos incalculáveis”. Trata-se de críticas que não somente assumem como horizonte um ciclo de acumulação já esgotado, mas que revelam a incapacidade de interpretar as mutações do trabalho e as relações sobremaneira complexas entre estas mutações e os processos de integração global. A proposta de Negri e Cocco é aquela de interpretar o quebra-cabeça do desenvolvimento hodierno pelo novo relacionamento que as dinâmicas sociais mantêm com aquelas econômicas: na era do capitalismo das redes, da mobilização da vida inteira na dinâmica integrada de produção e reprodução, “fazer políticas sociais é fazer políticas econômicas, ou melhor, a inovação está justamente na capacidade, ou não, de afirmar as políticas sociais como ponto de partida para uma nova geração de políticas econômicas que ponham em seu centro as novas dimensões – imateriais, afetivas, lingüísticas, vitais – do trabalho”. Não se pode raciocinar politicamente como se a era neoliberal não tivesse deixado traços profundos e irreversíveis no tecido social e produtivo: desmontando os segmentos de produção herdados da época do desenvolvimento nacional, multiplicando as fontes de produção de valor nos processos de circulação e a distribuição das mercadorias.

A multiplicidade social, a multidão, é simétrica a esta nova forma do comando capitalista “pós-estatal” – resultado de decênios de ataque ao Estado de Bem-Estar Social, de intensa retórica pró-mercado. O desafio que os autores se colocam é o da construção de um ambiente que permita às *singularidades agir em concerto* para produzir um novo *comum*. Um *comum* contra a privatização dos bens comuns, mas também um *comum* contra a transformação dos serviços públicos em empresas. Um *comum* do *todos juntos* que saiba ir além da distinção entre público e privado.

CHRISTIAN MARAZZI é economista, doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Londres e membro do comitê editorial da revista *Multitudes*.